



ISS CARUARU-PE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUARU - PERNAMBUCO

ANALISTA FISCAL MUNICIPAL ÁREA GERAL

- ▶ Português
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Informática
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL No 01/2026



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



ISS CARUARU - PE

Analista Fiscal
Municipal –  rea Geral



SL-055AG-26
7901183005963

Português

1. Leitura e compreensão de textos variados	7
2. Modos de organização do discurso: descritivo, narrativo, argumentativo, injuntivo, expositivo e dissertativo	10
3. Gêneros do discurso: definição, reconhecimento dos elementos básicos	16
4. Coesão e coerência: mecanismos, efeitos de sentido no texto	23
5. Relação entre as partes do texto: causa, consequência, comparação, conclusão, exemplificação, generalização, particularização. Conectivos: classificação, uso, efeitos de sentido	24
6. Transitividade verbal e nominal. Regência verbal e nominal	28
7. Estrutura, classificação e formação de palavras	30
8. Funções e classes de palavras	35
9. Flexão nominal e verbal. Verbos: pessoa, número, tempo e modo; Vozes verbais	47
10. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação	49
11. Figuras de linguagem	49
12. Funções da linguagem	52
13. Sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos;	53
14. Acentuação gráfica	54
15. Pontuação: regras e efeitos de sentido. Recursos gráficos: regras, efeitos de sentido	56
16. Sintaxe do Período Simples; Coordenação e subordinação	58
17. Crase	62
18. Ortografia	65

Raciocínio Lógico

1. Operações com conjuntos	75
2. Raciocínio lógico numérico: problemas envolvendo operações com números reais e raciocínio sequencial	77
3. Conceito de proposição: valores lógicos das proposições; conectivos, negação e tabela- verdade. Tautologias. Condição necessária e suficiente	82
4. Argumentação lógica, estruturas lógicas e diagramas lógicos	87
5. Equivalências e implicações lógicas	91
6. Quantificadores universal e existencial	96
7. Problemas de Contagem: Princípio Aditivo e Princípio Multiplicativo. Arranjos, combinações e permutações	100
8. Noções de Probabilidade	101

Informática

1. Modalidades de processamento	107
2. Organização e Arquitetura de computadores: conceitos, tipos, características, componentes de hardware e funcionamento, principais periféricos e dispositivos de entrada e saída, unidades de armazenamento, memória, conexão e conectores, operação	110
3. Software: Software Livre, software básico e aplicativo, utilitários, sistemas operacionais: conceitos, características, teclas de função, ícones e atalhos de teclado, uso dos recursos	115

4. Ambientes Windows 10BR / 11BR e Linux: conceitos, características, “distribuições Linux” versões de 32 e 64 bits, instalação, pastas e diretórios, configuração e utilização dos recursos, utilitários padrão, principais comandos e funções, teclas de função, ícones e atalhos de teclado, uso dos recursos	118
5. Sistemas de arquivos, Operações com arquivos, permissões e segurança de arquivos	130
6. Editores, Processadores de Textos, Planilhas, Softwares de Apresentação e Bancos de Dados: conceitos, características, teclas de função, ícones e atalhos de teclado, uso dos recursos; Pacotes MS Office BR em suas últimas versões (Word, Excel, PowerPoint, Access) e LibreOffice 24.8.2.1 versão em português ou superior (Writer, Calc, Impress, Base), nas versões de 32 e 64 bits; Edição e formatação de textos. Criação e uso de planilhas de cálculos; Criação e exibição de Apresentações de slides; Microsoft 365 em português: conceitos, características, componentes, instalação, configuração, teclas de função, ícones e atalhos de teclado, uso dos recursos	133
7. Noções básicas de bancos de dados	149
8. Segurança da Informação, de equipamentos, de sistemas, em redes, na internet e na nuvem: conceitos, características, pilares, vírus x antivírus, backup, firewall, criptografia, cuidados	158
9. Lei Geral de Proteção aos Dados (LGPD)	170
10. Redes de computadores: conceitos, características, meios de transmissão, conexão, cabos e conectores, protocolos, topologias, tecnologias, padrões, redes cabeadas e wireless/wi-fi, Modelo de Referência OSI/ISO, arquitetura TCP/IP, utilitários básicos para configuração e verificação de redes, máscara de rede/sub-rede	184
11. Internet X Web: conceitos, características, internet x intranet x extranet, utilização de ferramentas e recursos, browsers Edge x Google Chrome X Mozilla Firefox nas versões atuais de 32 e 64 bit, navegação, correio eletrônico, webmail, softwares Mozilla Thunderbird e Outlook nas versões atuais de 32 e 64 bits, sítios e ferramentas de busca e pesquisa na internet	190
12. Redes Sociais e Computação em nuvem: conceitos, características, principais redes e serviços, uso dos recursos	200
13. Ferramentas Google: Gmail; Google Meet; Google Documentos; Google Planilhas; Google Drive; Google Agenda: conceitos e características, uso dos recursos	204
14. Microsoft Teams: conceitos e características, uso dos recursos	207

Conhecimentos Específicos

Analista Fiscal Municipal – Área Geral

1. Os recursos públicos: A Receita Pública originária e receita pública derivada, tarifas (preços públicos);	223
2. O tributo: conceito, características, natureza jurídica, classificação dos tributos	228
3. Espécies tributárias	233
4. Sistema tributário nacional: Competência tributária, limitações constitucionais do poder de tributar, repartição da receita tributária a Emenda Constitucional nº 132/2023, compreendendo os aspectos gerais da Reforma Tributária sobre o Consumo, a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), do Imposto Seletivo (IS) e as regras constitucionais de transição para o novo sistema tributário	238
5. Legislação tributária: Vigência, Integração, Interpretação e aplicação	260
6. Obrigação tributária: conceito, elementos, capacidade tributária, Domicílio, a solidariedade tributária, Fato gerador, a obrigação tributária principal e a obrigação tributária acessória	265
7. Responsabilidade tributária: Conceito, Responsabilidade por substituição, Responsabilidade por transferência, as diversas modalidades de responsabilidade por transferência, responsabilidade por infrações	270
8. Crédito Tributário: Constituição, lançamento tributário, exclusão, suspensão e extinção do crédito tributário, garantias e privilégios do crédito tributário	275
9. Administração tributária: Fiscalização, Dívida ativa e Certidões	279
10. Tributos municipais	285
11. Processo administrativo: princípios	290
12. Poderes da Administração Pública	294

ÍNDICE

13. Atos administrativos	302
14. Processo administrativo.....	306
15. Processo administrativo tributário, contencioso administrativo fiscal, impugnações, recursos administrativos e nulidades processuais	306
16. Noções de finanças públicas e orçamento público: receita pública, despesa pública	311
17. Plano Plurianual(PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).	315
18. Noções de administração pública gerencial, governança pública, transparência, controle interno e responsabilidade na gestão fiscal	317
19. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal): princípios, limites fiscais, receitas públicas e transparência da gestão fiscal.....	322

PORTUGUÊS

LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTOS VARIADOS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

O PROCESSO DE LEITURA

A leitura é uma atividade que vai além da decodificação de palavras. Ela envolve a interação entre o leitor, o texto e o contexto. O leitor, ao entrar em contato com o texto, traz consigo um repertório prévio que inclui conhecimentos linguísticos, culturais e experiências pessoais, elementos que influenciam diretamente sua capacidade de interpretar. O texto, por sua vez, apresenta informações organizadas em uma estrutura lógica, que podem ser explícitas ou implícitas. Já o contexto refere-se ao ambiente ou situação em que a leitura ocorre, o que também impacta a interpretação.

Um bom leitor é aquele que consegue relacionar esses três elementos, identificando não apenas o significado literal das palavras e frases, mas também os sentidos implícitos, as intenções do autor e os elementos subjacentes que complementam a mensagem textual.

► A Importância da Leitura Crítica

Além da compreensão literal, a leitura crítica envolve questionar o texto, identificar possíveis vieses, entender o ponto de vista do autor e considerar as implicações das informações apresentadas. Um leitor crítico não apenas entende o texto, mas também reflete sobre ele, formando opiniões fundamentadas.

A leitura e a interpretação de textos são habilidades essenciais que envolvem a identificação precisa de palavras, expressões, frases e parágrafos. Esses elementos, quando bem compreendidos, permitem ao leitor não apenas captar o significado do texto, mas também interagir com ele de forma reflexiva e crítica. Desenvolver essas competências exige prática constante e um olhar atento para as nuances da linguagem, tornando o ato de ler uma experiência enriquecedora e transformadora.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário** : O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.
- **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.
- **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► Compreensão como Base para a Interpretação

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► Textos Verbais

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.
- **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.
- **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

► Textos Não-Verbais

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.

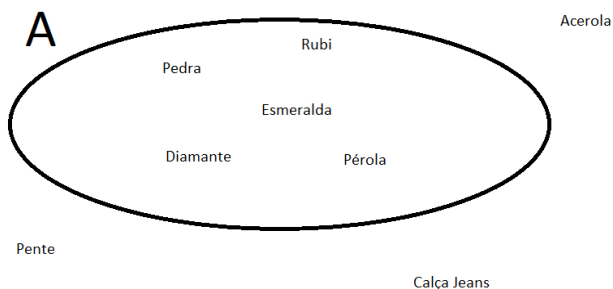
RACIOCÍNIO LÓGICO

OPERAÇÕES COM CONJUNTOS

Um conteúdo matemático comum de ser associado com a temática da lógica é a *Teoria de Conjuntos*. Veremos que podemos estabelecer diversas relações entre os temas, enriquecendo ainda mais nosso repertório de abordagem para as questões. Mas primeiro devemos entender do que se trata um conjunto.

Um **conjunto é uma coleção de objetos quaisquer**. Podem ou não seguir alguma lógica para se formarem. Podemos elencar um conjunto através de enumerar seus objetos (um conjunto formado por parafuso, prego e uma chave de fenda), ou a partir de uma “lei” (conjunto de ferramentas que tenho em casa: chave de fenda, furadeira, chave inglesa, entre outras). Além disso, cada um desses objetos pertencentes a um conjunto iremos chamar de **elemento**. Assim, um conjunto é formado por uma coleção de elementos.

Iremos chamar os conjuntos através de letras *maiúsculas* (A, B, C, X, Y, Z, ...), enquanto que seus elementos por letras *minúsculas* (a, b, c, ...).



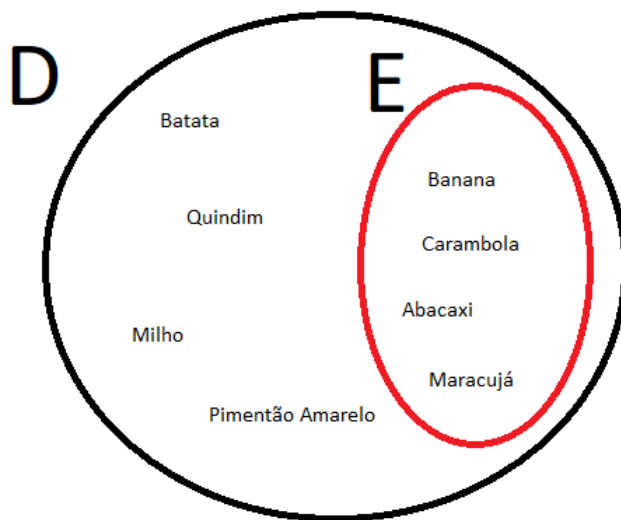
Fonte: autor

Podemos listar que Pedra, Rubi, Esmeralda, Pérola e Diamante **pertencem** a esse conjunto A, enquanto Pente, Jeans e Acerola **não pertencem**.

Simbolicamente, podemos definir o conjunto A enumerando seus elementos da seguinte forma:

$A = \{\text{Pedra; Rubi; Esmeralda; Diamante; Pérola}\}$.

Podemos ter também subconjuntos, ou seja, um conjunto dentro de outro. Se criássemos um conjunto onde seus elementos são *alimentos amarelos*, poderíamos agrupar seus elementos e obter um subconjunto com *frutas amarelas*.



Fonte: Autor

Neste caso, dizemos que o conjunto E é um **subconjunto** do conjunto D.

Dessa forma, dizemos que um conjunto X está contido em outro Y quando todos os seus elementos de X também são elementos de Y, mas o contrário não vale (no nosso exemplo, *abacaxi* e *maracujá* fazem parte de D, mas *milho* e *quindim* não fazem parte de E).

Para tudo isso que vimos, há uma simbologia apropriada. Para indicar que um elemento está no conjunto (que *pertence* ao conjunto) utilizamos o signo $\in$, quando ele não está no conjunto (quando *não pertence*), utilizamos o mesmo sinal, mas cortado, $\notin$.

$\text{Pedra} \in A$ (o elemento *Pedra* pertence ao conjunto A)

$\text{Jeans} \notin A$ (o elemento *Jeans* não pertence ao conjunto A)

$\text{Quindim} \notin D$

$\text{Quindim} \notin E$

E além de elementos, podemos fazer o mesmo para conjuntos, através dos símbolos $\subset$ (**contido**), $\not\subset$ (**não contido**), $\supset$ (**contém**) e $\not\supset$ (**não contém**).

$D \supset E$ (o conjunto D *contém* o subconjunto E)

$E \subset D$ (o conjunto E *está contido* em D)

$A \not\supset D$ (o conjunto A *não contém* o conjunto D)

$D \not\subset E$ (o conjunto D *não está contido* no conjunto E)

Repare que os símbolos são muito próximos, sempre voltados ao “conjunto principal” a a que se referem. Mais uma vez, tanto os símbolos de *pertencimento* quanto os de *contenção* fazem alusão à linguagem oral.

Além destes símbolos, temos também outros que, tais quais os conectivos lógicos, se assemelham a certas estruturas, são eles: união, intersecção e diferença.

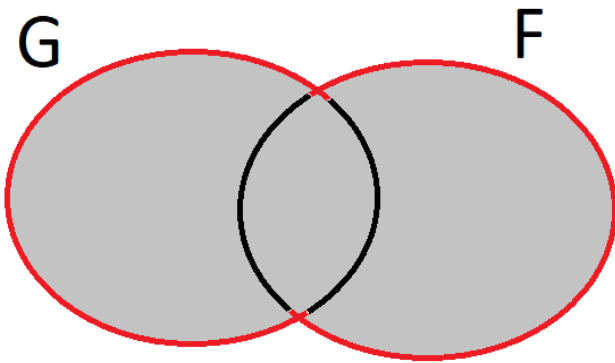
União (U)

É a “soma” entre dois ou mais conjuntos, unindo-os.

G = conjunto dos números pares

F = conjunto dos números menores que 10

$G \cup F = \{1; 2; 3; 4; 5; 6; 7; 8; 9; 10; 12; 14; 16; 18; \dots\}$



Fonte: Autor

Representação da *união* entre conjuntos

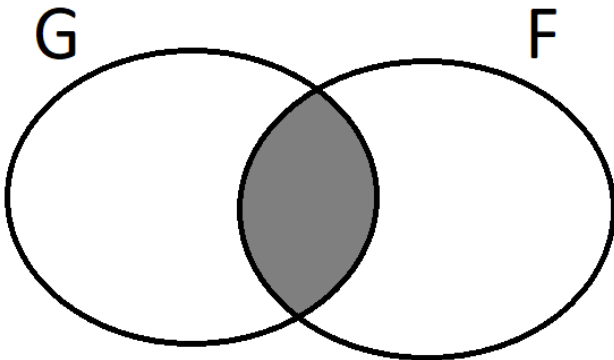
Intersecção ($\cap$)

São os elementos comuns entre os conjuntos (há nos dois ao mesmo tempo)

G = conjunto dos números pares

F = conjunto dos números menores que 10

$G \cap F = \{2; 4; 6; 8\}$



Fonte: autor

Representação da *intersecção* entre conjuntos

Diferença (—)

São os elementos que um conjunto não tem em comum com outro. Nos nossos exemplos, $G - F$ seria pensar *o que há em G que não há em F?*, assim como $F - G$ seria *o que há em F que não há em G?*

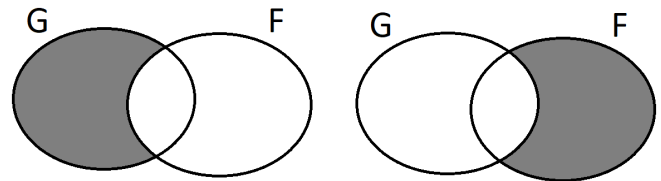
G = conjunto dos números pares

F = conjunto dos números menores que 10

$G - F = \{10; 12; 14; 16; 18; \dots\}$

$F - G = \{1; 3; 5; 7; 9\}$

Ou seja, em $G - F$, tirei os elementos de F de G (tirei os números menores que 10 do conjunto de todos os números pares, retirando, assim, os números 2; 4; 6 e 8).



Fonte: autor

À esquerda temos a representação de $G - F$, enquanto que à direita temos $F - G$.

Um tipo específico de conjuntos são os **conjuntos numéricos**, conjuntos cujos elementos são números (conjunto dos números pares, conjunto dos números inteiros).

Os principais conjuntos numéricos são:

Conjunto dos números naturais - números não negativos

$N = \{0; 1; 2; 3; 4; 5; 6; \dots\}$

Conjunto dos números inteiros - números positivos e negativos

$Z = \{\dots; -3; -2; -1; 0; 1; 2; 3; \dots\}$

Conjunto dos números racionais - números que podem ser escritos como uma fração (razão), ou seja, números com vírgulas, dízimas periódicas, números inteiros.

$Q = \{\dots; -\frac{1}{2}; \dots; -0,25; \dots; 0; 3; 0,2222222222\dots; \dots\}$

Conjunto dos números irracionais - números que não podem ser escritos como uma fração, ou seja, números que resultam em dízimas não periódicas.

$I = \{\dots; \sqrt{2}; \pi; 7,135794613\dots; \dots\}$

Conjunto dos números reais - união entre o conjunto dos números racionais e dos números irracionais.

$R = I \cup Q$

Interessante notar que estamos *aumentando* o escopo dos conjuntos numéricos, podendo assim fazer a seguinte representação por diagrama destes conjuntos todos:

INFORMÁTICA

MODALIDADES DE PROCESSAMENTO

► Conceito de processamento de dados

Dados, processamento e informação

Em informática, processamento de dados é o conjunto de operações realizadas sobre dados de entrada com o objetivo de transformá-los em informações úteis. Os dados, isoladamente, podem representar números, textos, códigos, imagens, sinais ou registros ainda sem interpretação suficiente para determinada finalidade. O processamento organiza, compara, calcula, classifica, combina ou modifica esses dados de acordo com regras previamente definidas.

Um sistema computacional pode, por exemplo, receber como dados de entrada as notas de um estudante. Em seguida, realiza cálculos para obter a média e aplica uma regra para determinar sua situação acadêmica. A média e a indicação de aprovação ou reprovação constituem informações produzidas a partir dos dados inicialmente fornecidos.

Ciclo básico do processamento

O funcionamento de muitos sistemas pode ser compreendido por meio de um ciclo formado por entrada, processamento, saída e armazenamento. Embora nem toda aplicação apresente essas etapas de maneira visível ao usuário, elas constituem uma referência importante para compreender o fluxo de informações.

Quando uma enumeração dessas etapas facilita a compreensão, pode-se observá-las da seguinte forma:

- **Entrada:** corresponde à inserção ou obtenção dos dados que serão tratados pelo sistema.
- **Processamento:** corresponde à execução de operações lógicas, matemáticas ou organizacionais sobre os dados.
- **Saída:** corresponde à apresentação ou disponibilização dos resultados produzidos.
- **Armazenamento:** corresponde à conservação de dados e resultados para utilização posterior.

Em um sistema de vendas, por exemplo, a leitura do código de barras representa uma entrada. A consulta do preço e o cálculo do total constituem processamento. A exibição do valor na tela ou a impressão do comprovante representam saídas, enquanto a gravação da venda em um banco de dados corresponde ao armazenamento.

► Classificação das modalidades de processamento

CrITÉRIOS de classificação

As modalidades de processamento podem ser classificadas segundo diferentes critérios. Uma classificação pode considerar o momento em que os dados são processados, enquanto outra pode considerar a localização dos recursos computacionais ou a maneira como diferentes unidades de processamento participam da execução.

Por isso, expressões como processamento em lote, processamento em tempo real, processamento distribuído e processamento paralelo não são necessariamente categorias mutuamente excludentes. Um mesmo sistema pode apresentar simultaneamente várias características.

Uma plataforma de comércio eletrônico, por exemplo, pode utilizar processamento on-line para registrar pedidos, processamento distribuído para dividir serviços entre diferentes servidores e processamento em lote para gerar relatórios ao final do dia.

Modalidade de processamento e arquitetura computacional

É importante distinguir modalidade de processamento de conceitos relacionados à arquitetura dos computadores. A modalidade descreve principalmente como, quando ou onde uma carga de trabalho é processada. Já a arquitetura computacional trata da organização dos componentes responsáveis pela execução das instruções.

Assim, dizer que um sistema utiliza processamento em tempo real informa que determinadas respostas precisam ocorrer dentro de limites temporais. Dizer que utiliza múltiplos processadores informa uma característica de sua estrutura de execução.

► Evolução das formas de processamento

Dos sistemas centralizados aos ambientes modernos

Nos primeiros ambientes computacionais de grande porte, era comum concentrar praticamente todo o processamento em computadores centrais. Os usuários entregavam tarefas que eram executadas posteriormente, frequentemente sem interação direta durante o processamento.

Com a evolução dos sistemas operacionais, das redes, dos computadores pessoais e da internet, surgiram formas mais interativas e distribuídas de processamento. Atualmente, aplicações podem combinar servidores locais, serviços em nuvem, dispositivos móveis, equipamentos industriais e centros de dados geograficamente separados.

Essa evolução não tornou necessariamente as modalidades mais antigas obsoletas. O processamento em lote, por exemplo, continua amplamente utilizado quando grande quantidade de dados pode ser tratada de maneira programada, enquanto o processamento em tempo real se tornou essencial em aplicações que dependem de respostas dentro de limites temporais rigorosos.

PROCESSAMENTO EM LOTE, INTERATIVO, ON-LINE E EM TEMPO REAL

► Processamento em lote

Funcionamento do batch processing

O processamento em lote, também conhecido como batch processing, ocorre quando tarefas ou conjuntos de dados são acumulados e posteriormente processados em grupo. Não se exige, em regra, que cada registro seja processado imediatamente após sua criação.

Em uma empresa, por exemplo, os registros das operações realizadas ao longo do dia podem ser reunidos e processados durante a madrugada para geração de relatórios, atualização de indicadores ou execução de rotinas administrativas.

Uma rotina em lote normalmente envolve etapas previamente definidas:

- Coleta ou acumulação dos dados que comporão o lote.
- Preparação dos dados e verificação de possíveis inconsistências.
- Execução automática da rotina programada.
- Registro dos resultados, erros e informações de controle.

Essa modalidade é eficiente quando há grande volume de dados e não existe necessidade de resposta imediata. Entretanto, um erro identificado apenas durante a execução do lote pode afetar diversos registros simultaneamente.

► Processamento interativo e processamento on-line

Interação entre usuário e sistema

No processamento interativo, o usuário participa diretamente da execução, fornecendo comandos ou dados e recebendo respostas do sistema. Editores de texto, sistemas administrativos, navegadores e aplicações de consulta são exemplos de ambientes predominantemente interativos.

A característica essencial é a existência de interação durante o uso. O usuário realiza uma ação, observa o resultado e decide qual será a próxima ação.

Processamento on-line

No processamento on-line, os dados são tratados por meio de uma conexão ativa com o sistema responsável pela operação. Em geral, a aplicação permite consulta ou atualização diretamente na fonte utilizada pelo serviço.

Quando um consumidor realiza uma compra em um site e o pedido é registrado imediatamente no sistema da empresa, ocorre processamento on-line. Quando um atendente consulta o cadastro de um cliente conectado ao sistema corporativo, também existe processamento on-line.

On-line, contudo, não significa necessariamente tempo real. Uma aplicação pode estar conectada permanentemente a um servidor e ainda apresentar atrasos incompatíveis com requisitos rígidos de tempo.

► Processamento em tempo real

Resposta dentro de limites temporais

No processamento em tempo real, a correção de uma operação depende tanto do resultado produzido quanto do momento em que esse resultado é disponibilizado. O sistema precisa responder dentro de um intervalo temporal compatível com o processo controlado.

Em um sistema de acionamento de airbag, por exemplo, detectar uma colisão corretamente não é suficiente. A resposta precisa ocorrer em tempo adequado para que o dispositivo desempenhe sua função.

Tempo real rígido e flexível

Nos sistemas de tempo real rígido, também chamados de hard real-time, ultrapassar o prazo previsto pode causar falha grave do sistema. São encontrados em determinados controles industriais, equipamentos aeronáuticos e sistemas de segurança.

Nos sistemas de tempo real flexível, ou soft real-time, atrasos ocasionais podem degradar a qualidade do serviço sem necessariamente provocar falha catastrófica. Aplicações multimídia e determinados sistemas de comunicação podem apresentar essa característica.

► Comparação das modalidades

A diferença fundamental entre essas modalidades pode ser observada pela relação entre processamento, interação e exigência temporal.

Modalidade	Característica principal	Exemplo típico
Em lote	Dados processados em grupos	Folha de pagamento
Interativo	Usuário participa da operação	Editor de texto
On-line	Operação realizada com conexão ativa ao sistema	Compra em comércio eletrônico
Tempo real	Resposta deve respeitar limite temporal	Controle de equipamento industrial

Um sistema pode reunir mais de uma dessas características. Um banco, por exemplo, pode realizar transações on-line durante o dia e executar rotinas em lote posteriormente para consolidação de dados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

OS RECURSOS PÚBLICOS: A RECEITA PÚBLICA ORIGINÁRIA E RECEITA PÚBLICA DERIVADA, TARIFAS (PREÇOS PÚBLICOS);

INTRODUÇÃO AOS RECURSOS PÚBLICOS

Os recursos públicos são os meios financeiros, patrimoniais e econômicos utilizados pelo Estado para cumprir suas funções e atender às necessidades coletivas. Por meio desses recursos, a Administração Pública consegue manter serviços essenciais, realizar investimentos, executar políticas públicas, pagar servidores, custear programas sociais, construir obras, preservar o patrimônio público, garantir segurança, educação, saúde, infraestrutura, assistência social e demais atividades de interesse público.

Nenhum Estado funciona sem recursos. A existência de escolas, hospitais, unidades de saúde, estradas, saneamento, iluminação pública, transporte, segurança, fiscalização, assistência à população vulnerável e administração da justiça depende de financiamento. Por isso, o estudo dos recursos públicos é fundamental para compreender a organização do Estado, o orçamento público, a tributação e a gestão fiscal.

Os recursos públicos podem ter diferentes origens. Uma parte decorre da exploração do próprio patrimônio estatal, como aluguel de imóveis públicos, venda de bens, exploração econômica de empresas estatais, receitas patrimoniais ou remuneração pelo uso de bens públicos. Essas receitas são chamadas de receitas originárias. Outra parte decorre do poder de império do Estado, ou seja, da capacidade estatal de exigir prestações compulsórias dos particulares, especialmente tributos. Essas são chamadas de receitas derivadas.

A diferença entre receita originária e receita derivada é muito importante. Na receita originária, o Estado atua de maneira semelhante a um particular, explorando seu próprio patrimônio ou prestando determinada atividade em regime contratual ou patrimonial. Na receita derivada, o Estado impõe uma obrigação ao particular com fundamento na lei e no poder público. O imposto, por exemplo, não depende de vontade do contribuinte; decorre de obrigação legal.

Os tributos são a principal forma de receita derivada. Impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais são espécies tributárias reconhecidas no sistema brasileiro. Eles financiam grande parte das atividades públicas e se submetem a princípios constitucionais, como legalidade, anterioridade, isonomia, capacidade contributiva e vedação ao confisco, entre outros.

As tarifas, também chamadas de preços públicos, ocupam posição específica no estudo dos recursos públicos. Elas não são tributos. Em regra, são valores pagos pelo usuário em razão da utilização de um serviço público prestado em regime contratual ou por delegação, como ocorre em certas concessões de serviços públicos. O pagamento da tarifa costuma estar ligado ao uso efetivo e voluntário do serviço. Diferencia-se, portanto, da taxa, que é tributo e decorre do exercício do poder de polícia ou da utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível.

A compreensão desses conceitos é importante porque nem toda quantia paga ao Estado é tributo. O cidadão pode pagar imposto, taxa, contribuição, multa, tarifa, preço público, aluguel, indenização ou ressarcimento. Cada uma dessas receitas tem natureza jurídica, regime de cobrança, fundamento legal e consequências diferentes. Confundir tarifa com taxa, por exemplo, pode levar a erro de interpretação.

Os recursos públicos também se relacionam diretamente com o orçamento. A receita pública prevista no orçamento permite planejar despesas e políticas públicas. Se a arrecadação é menor do que o esperado, pode haver contingenciamento, redução de investimentos ou dificuldade de execução. Se a receita é maior, podem surgir possibilidades de ampliação de serviços, desde que respeitadas as normas fiscais.

CONCEITO DE RECEITA PÚBLICA

Receita pública é o ingresso de recursos nos cofres públicos, destinado ao financiamento das atividades do Estado. Em sentido amplo, pode envolver toda entrada de valores no patrimônio público. Em sentido mais técnico, especialmente no Direito Financeiro, é importante diferenciar ingressos públicos provisórios e receitas públicas propriamente ditas. Nem todo ingresso representa receita definitiva.

Alguns valores entram temporariamente nos cofres públicos, mas não pertencem definitivamente ao Estado. São chamados de ingressos extraorçamentários ou meros ingressos financeiros. Exemplos podem incluir cauções, depósitos, consignações, fianças e valores recebidos para posterior devolução ou repasse. Nesses casos, o Estado atua como depositário ou intermediário, e não como titular definitivo do recurso.

RECEITA PÚBLICA ORIGINÁRIA

A receita pública propriamente dita representa entrada definitiva ou arrecadação que aumenta a disponibilidade financeira do Estado para realizar despesas públicas. Ela integra o orçamento e financia políticas públicas. Tributos, receitas patrimoniais, receitas de serviços, transferências correntes e receitas de capital são exemplos de receitas públicas em sentido orçamentário.

A receita pública pode ser classificada de diversas formas. Uma classificação importante distingue receitas originárias e derivadas. Outra distingue receitas correntes e receitas de capital. Também se pode classificar conforme fonte, categoria econômica, origem, espécie, vinculação, regularidade ou competência federativa. Cada classificação serve a uma finalidade de controle e gestão.

As receitas correntes são aquelas arrecadadas regularmente para financiar as atividades normais do Estado. Incluem receitas tributárias, contribuições, receitas patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes. Elas costumam custear despesas permanentes, como pessoal, manutenção de serviços e programas continuados.

As receitas de capital estão ligadas a operações que alteram a composição patrimonial ou resultam de recursos destinados a investimentos e amortizações. Podem incluir operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras receitas de capital. Essas receitas costumam financiar investimentos, obras, aquisição de bens e outras despesas de capital.

A previsão da receita pública é etapa essencial do orçamento. Antes de gastar, o Estado estima quanto arrecadará. Essa previsão precisa ser realista, baseada em critérios técnicos, histórico de arrecadação, atividade econômica, legislação vigente e projeções. Superestimar receitas pode gerar orçamento artificial e risco de desequilíbrio fiscal. Subestimar excessivamente também pode prejudicar planejamento.

A arrecadação é a entrada efetiva do recurso. Entre a previsão e a arrecadação pode haver diferença. Crises econômicas, inadiplência, mudanças legislativas, decisões judiciais, desconexões, aumento da atividade econômica ou eficiência fiscal podem alterar a receita realizada. Por isso, a execução orçamentária exige acompanhamento constante.

A receita pública tem relação direta com a legalidade. O Estado só pode arrecadar determinados valores quando houver fundamento jurídico adequado. Tributos dependem de lei. Tarifas dependem de contrato, regulamento ou estrutura do serviço. Multas dependem de infração prevista. Receitas patrimoniais dependem de exploração regular de bens. A arrecadação pública não pode ser arbitrária.

Também há relação entre receita e transparência. A sociedade tem direito de saber quanto o Estado arrecada, de onde vêm os recursos e como são utilizados. Portais de transparência, prestações de contas, leis orçamentárias e relatórios fiscais permitem acompanhar a gestão dos recursos públicos. A receita pública não pertence ao governante; pertence à coletividade.

A receita pública originária é aquela obtida pelo Estado a partir da exploração de seu próprio patrimônio ou da atuação em relações jurídicas semelhantes às de particulares. Nessa modalidade, o Estado não utiliza diretamente seu poder de império para impor compulsoriamente uma prestação ao particular. Ele obtém recursos por meio de atividades patrimoniais, contratuais, empresariais ou econômicas.

A expressão “originária” indica que a receita se origina do próprio patrimônio público. O Estado possui bens móveis, imóveis, terras, prédios, empresas, participações, direitos, recursos naturais e outros ativos que podem gerar receitas. Quando esses bens são administrados de forma econômica e legal, podem produzir ingressos para os cofres públicos.

Exemplos de receitas originárias incluem aluguéis de imóveis públicos, arrendamento de bens, concessão de uso remunerada de espaço público, venda de bens públicos, dividendos recebidos de empresas estatais, receitas de exploração econômica, rendimentos de aplicações financeiras, compensações patrimoniais e receitas decorrentes de contratos administrativos com característica patrimonial.

Uma prefeitura, por exemplo, pode obter receita originária ao alugar um imóvel público que não esteja sendo usado diretamente em serviço público, desde que respeitadas as normas legais. A União pode receber dividendos de empresa estatal da qual seja acionista. Um ente federativo pode obter receita com alienação de bens, observados os requisitos legais. Nesses casos, o recurso decorre da gestão do patrimônio estatal.

Na receita originária, a relação jurídica tende a ter natureza contratual ou patrimonial. O particular paga porque utiliza um bem, celebra um contrato, compra determinado ativo ou participa de relação econômica com o Estado. Não se trata, em regra, de imposição tributária. Se o particular não quiser utilizar o bem ou contratar, normalmente não estará obrigado a pagar aquele valor específico.

Isso não significa que a receita originária seja livre de regras. Ao contrário, a Administração Pública deve observar legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, licitação quando aplicável, avaliação prévia, interesse público, controle patrimonial e normas orçamentárias. O patrimônio público não pode ser explorado de forma favorecida, informal ou lesiva à coletividade.

A receita originária também pode decorrer da atuação empresarial do Estado. Empresas públicas e sociedades de economia mista que exploram atividade econômica podem gerar resultados financeiros. Quando esses resultados retornam ao ente público, podem representar ingresso originário. Contudo, o regime jurídico dessas entidades varia conforme sua natureza e atividade.

Uma característica importante da receita originária é a ausência de compulsoriedade tributária. O pagamento decorre de uma relação em que há maior proximidade com a autonomia da vontade, embora dentro de limites administrativos. Por isso, a receita originária se distingue da receita derivada, que decorre do poder estatal de exigir tributos independentemente da vontade do contribuinte.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!